



PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRA *Estado do Paraná*

PARECER JURIDICO

1. RELATÓRIO:

Cuida o presente parecer de consulta formulada pela Comissão de Contratos e Licitações do Município de Figueira, para apreciação do Processo de Dispensa de Licitação, com vistas à contratação da empresa Companhia Paranaense de Energia Elétrica do Paraná - COPEL, para firmar CONTRATO DE FORNECIEMNTO DE ENERGIA PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA junto o Município de Figueira PR.

2. ANÁLISE DO OBJETO:

Ressalta-se que a análise feita neste parecer restringe-se a verificação dos requisitos formais e jurídicos, abstendo-se da análise do aspectos técnicos, econômicos e ou discricionários.

3. FUNDAMENTAÇÃO:

A Lei de licitações 8.666/93, estabelece as linhas gerais que os contratos celebrados com a Administração Pública devem ser precedidos de processo licitatório, conforme disposto no artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal.

Todavia, esse mesmo dispositivo legal ressalva as hipóteses de dispensa de licitação, a princípio, exceção à regra. O artigo 24 da Lei 8.666 e se refere a hipóteses que estão expressamente numeradas, sendo um rol taxativo. Ou seja, a administração somente poderá dispensar o procedimento comum de licitação caso se enquadrar em uma das hipóteses previstas no artigo Art 24ª.

"XXII - na contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica; (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)"



PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRA

Estado do Paraná

Desta forma, a regra geral a que o administrador deve obediência é a da licitação. As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações, contratados pela Administração Pública com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação. É o que determina a Lei 8666/93. A dispensa de licitação e a inexigibilidade são exceções, e como tais são permitidas naquelas hipótese expressamente indicadas no artigo mencionado acima.

O administrador tem, pois no artigo 24^a, o index das situações que o autorizam a dispensar ou a não exigir o procedimento licitatório em qualquer contratação a ser firmada com pessoas físicas ou jurídicas. Cabe a ele constatar se alguma das hipóteses ali apontadas se ajusta ao caso concreto.

4. CONCLUSÃO

Ante o exposto, concluo parecer favorável para a realização do contrato de fornecimento de energia para a iluminação publica, tendo em vista que se encontra respaldo na hipóteses previstas no artigo 24^a, XXII da lei 8666/93, não havendo óbices quanto ao mesmo e sendo a única disponível para o município de figueira, portanto inviável a competição, entretanto a análise do menor desembolso possível e a verificação da real necessidade estatal deve ficar a cargo do ordenador de despesa assim como do controle interno.

É O PARECER

Figueira, 11 de Março de 2021.


Fabio Antônio Maximiano de Souza
Assessor Jurídico